



# IV Encontro de Educação Histórica e Diversidade

~{ ISSN: 2965-6974 }~

Campus  
Cora Coralina  
UnU - Jussara



Universidade  
Estadual de Goiás

## A PRÁTICA DE ENSINO E O PROBLEMA DA FILOSOFIA DO ENSINO DE FILOSOFIA: A DISPARIDADE ENTRE DIDÁTICA E O FAZER-FILOSÓFICO<sup>1</sup>

Alexandre Batista do Nascimento<sup>2</sup>

UEG-UNU Jussara

Curso de Pedagogia

bn.alexandre@gmail.com

**Resumo:** A temática do trabalho a seguir trata fundamentalmente da encruzilhada teórica entre a prática de ensino em Filosofia no Ensino Médio e a Filosofia do Ensino de Filosofia. Ambos campos teóricos que em geral, se detém em áreas científicas como a Educação, Pedagogia e a Didática. Nessa direção é que o novíssimo campo de saber, aqui citado, sobressai e procura estabelecer novo “corpus teórico”. No mesmo interim, historicamente, houve desafios das políticas e legislação educacional sobre a permanência como disciplina na escola básica brasileira. Com pesquisa bibliográfica em associações de pós Graduações ANPOF, ANPEd, Autores da área do Ensino de Filosofia e Pensadores da Educação. A problemática reside justamente nesta relação entre os campos de saberes, a situação política do saber filosófico e a natureza da Filosofia enquanto saber humano, com vasto conjunto teórico e sua própria presença profissional docente em sala de aula. A fragilidade do componente curricular se dá pelas políticas públicas propostas na BNCC e documentos diretivos. Os desafios da formação docente em Filosofia, propostas repensando o programa PIBID, as produções de pesquisas dos programas de pós-Graduação e as entidades associativas da área do Ensino de Filosofia apontam que se constitui uma conquista de espaço através de lutas e pesquisas teóricos- reflexivas como esta que ora se apresenta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia do Ensino de Filosofia; Ensino de Filosofia; Filosofia no Ensino Médio; Prática docente; Formação docente.

### INTRODUÇÃO

A presença da disciplina de Filosofia na Educação Básica sofreu tensionamentos dentro da escola pública. Sua utilidade à formação do jovem brasileiro foi denominada subversiva pelo regime militar (Lei nº 5.692/1971). Mesmo em 1996 (Lei nº 9.394/1996) o papel da Filosofia no Currículo ficou disperso e sem a obrigatoriedade. A cultura dos saberes pragmáticos e instrumentais não permitiu que o fazer-filosófico figurasse como parte específica importante para a formação teórica-humanista, do estudante.

Neste sentido sua curta temporada no Currículo como disciplina obrigatória (Lei

<sup>1</sup> O presente resumo expandido é parte de um projeto de pesquisa utilizado no processo seletivo do programa de pós-graduação Doutorado na PUC-GO.

<sup>2</sup> Mestre em Ensino de Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Professor Efetivo de Filosofia da SEDUC-GO no CEPMG Maria Tereza Garcia Neta Bento, Jussara-GO.

11684/2008), obteve avanços didáticos significativos. Esse progresso foi com Livros Didáticos consistentes, experiências práticas desenvolvidas nas Licenciaturas e Programas Institucional de Bolsa Iniciação à Docência (PIBID), criação da Área do Ensinar Filosofia – Ensino Médio dentro da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF) e o Mestrado Específico em Ensino de Filosofia (PROFILO) e, mais recentemente, criou-se a Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil) em 2024, tais acontecimento revelam a evolução a respeito da área sobre o Ensino de Filosofia.

Verifica-se a evolução história e sistêmica deste componente até os anos de 2017. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi promulgada pela Lei nº 13.415/2017. Neste dispositivo legal a Filosofia foi diluída como sendo um estudo e uma prática perdendo seu caráter legal e de saber autônomo como disciplina. Tal medida legal possibilitou a alguns estados a diminuição da carga horária em suas matrizes curriculares e levou várias entidades da área acadêmica, como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e ANPOF a se manifestarem contra esse processo de empobrecimento curricular.

Esse olhar histórico e educativo contribui para a crítica das políticas educacionais, do currículo e a forma que a sociedade brasileira receptionou este componente curricular, fazendo surgir o Movimento Escola sem partido. O chão da escola básica de Ensino Médio e suas condições práticas para o exercício docente, ou nas formações docentes e pós-Graduações parecem estar desligados. É interessante se constatar que as produções acadêmicas em Ensino de Filosofia são exíguas e ao refletir as características formativas da Filosofia enquanto a prática docente, sua identidade e sua natureza, sua principal característica é a problematização como diz Porta (2003), mas ainda está se descortinando uma base teórica mais consistente para entender que o fazer-filosófico docente tem características próprias.

## DESENVOLVIMENTO

Há alguns esforços de programas de pesquisas e produções acadêmicas, com cunhos filosóficos, que tratam do ensino de Filosofia a partir dela mesma como uma experiência do pensamento (Rodrigo, 2009). O PIBID de Filosofia tem produção muito escassa a respeito da Filosofia do Ensino de Filosofia na formação dos professores sendo, em alguns casos, puro didatismo como critica Nascimento (2023, p.1).



A Filosofia da Educação contribui sobremaneira para que a Política Educacional, os Currículos e as práticas de ensino em Filosofia no Ensino Médio fortaleçam a cultura filosófica enquanto tal. Mas ainda assim a proposta deste resumo expandido aponta para uma leitura do processo histórico da educação no Brasil que reduziu o escopo teórico da Filosofia no ensino básico e, por conseguinte, seus estudos na Licenciatura e pós-graduações. Existe por isso, distorções sobre a natureza do Ensino de Filosofia enquanto ensinagem específica. Não se trata de uma Didática do Ensino, mas de fazer Filosofia com seu Ensino. Embora a Filosofia não prescinda da Ciência da Educação, é imprescindível entender o ensino de filosofia como problema filosófico.

Um desafio para o enfrentamento desse esvaziamento curricular é entender que, não ser uma disciplina curricular, fragiliza os trabalhos e elementos constitutivos para desenvolver prática docente visando o desenvolvimento da uma atitude formativa mais filosófica, que se dá, fundamentalmente, pela mediação docente.

O processo ensinar-aprender, seja no ambiente escolar básico, seja na Licenciaturas ou Pós-graduações, docentes e pesquisadores, tanto nas ciências da Educação, bem como nas pesquisas de Filosofia, ainda não alçaram bases largas. Pelas pesquisas e bibliografia sobre essa possibilidade de uma Filosofia do Ensino de Filosofia ainda existem limites para sua sedimentação no Ensino Médio da BNCC (ANPOF, 2020).

Nesta direção se abre uma hipótese: a atuação docente em sala de aula encontra problemas ordinários sobre a profissionalização específica de área, o tempo hora/aula disponível para o fazer-filosófico, os dispositivos curriculares nacionais e estaduais para elaboração de temas/conteúdos em vista da formação e Exame Nacional do Ensino Médio como desenvolvimento dos jovens e as práticas de ensino para EJA, uma modalidade de ensino ainda mais desafiadora, dentre tantas outras condições.

Deste modo a problemática da Filosofia do Ensino de Filosofia, sua relação com a Didática e as possibilidades de uma formação docente mais filosófica e menos didática no sentido pedagógico mesmo se constitui um desafio emergente para novos ambientes da aula de filosofia.

A dimensão pedagógica, no sentido da didática, está relacionada também ao chão da escola pública brasileira e seus contextos. Existem alguns fatores ligados às políticas educacionais que afetam a prática docente em Filosofia e o PIBID (Lima, 2015). Há um

complexo processo existente entre a Política Educacional, o Currículo, a BNCC, e o tripé da Universidade, pelo o Ensino-Pesquisa-Extensão que também afeta as formações das Licenciaturas e PIBID. Assim a natureza crítica da Filosofia na educação básica brasileira está posto desde os primeiros anos da formação da escola básica no Brasil e suas tensões ditas como perturbadoras.

Outro ponto da problemática tratada até o momento versa sobre o tradicional paradoxo kantiano entre a possibilidade de ensinar Filosofia e o filosofar com os estudantes do Ensino Médio, em geral jovens de 15 a 17 anos de idade. Nesta direção, sobre a identidade da disciplina, é possível a associação político-ideológica, na qual a Filosofia seja considerada uma disciplina subversiva. Ensinar o fazer filosófico para gerar criticidade e curiosidade, como aponta Freire (1996, p.34). Não se trata de uma técnica e um processo educativo, mas um destaque sobre a relevância do ensino a partir do campo filosófico mesmo. Para realizar a atitude e a reflexão filosófica mais ativa e prática como o exercício do pensamento.

No cenário atual da prática docente em Filosofia, seria possível aproveitar os elementos das Áreas de Ciências Humanas e reconstruir uma lógica e uma problemática tipicamente filosófica a partir das habilidades e competências e seus itinerários formativos?

Furando a bolha, não focar somente o conteúdo formativo visando o mercado de trabalho, mas desenvolver o fazer-filosófico a partir dos saberes preconizados pela BNCC, seria uma forma mais política de resistir o esvaziamento da Filosofia e sua prática com os estudantes, pois não há claramente o caminho para o fazer filosófico. Nessa perspectiva, o docente ao planejar o trabalho em sala de aula tem um compromisso e um esforço para realizar o filosofar, pois este componente foi mesclado ao conjunto teórico chamado Formação Humana.

Diante disso, há o desafio de possibilitar a militância crítica à Filosofia, ao menos onde já se tem um profissional na área. A composição curricular escolar deveria resistir a esse processo de massificação e diluição da Filosofia no ambiente escolar. Nesta perspectiva o currículo se torna um instrumento de política educacional de resistência como aponta Saviani (2006). O docente de filosofia no Ensino Médio, seja nos planos e orientações dos órgãos públicos, seja em sua atividade enquanto profissional-pesquisador-aprendiz, é também um filósofo. Daí a compreensão na qual atua sobre o pensamento, o conceito, e o processo de ensino se realiza em conjunto com os diversos elementos que compõem sua prática como

ressalta Santos (2019, p.113).

A mediação docente neste componente curricular poderá e deverá ser sempre filosófica. Do mesmo modo a pesquisa e docência no ensino superior, exige sobretudo, uma relação de alteridade e contextualização do conhecimento. Tal prática necessita de uma reflexão pedagógico-didática para que o processo ensino-aprendizagem se realize. Utilizar o arcabouço histórico da Filosofia isoladamente de um processo educativo e pedagógico em uma sala de aula exclusiva das ciências da Educação como a Didática pode não realizar o intento de ensinar o fazer filosófico.

Apesar de não determinante no processo de ensino-aprendizagem em Filosofia, o professor é um interlocutor indispensável. É ele o agente dotado, pela sua formação oficial, de capacidade para aplicar procedimentos de ordem técnica e didática, de recursos sempre demandados, e que precisam estar disponíveis aos aprendizes para que estes alarguem sua compreensão de si mesmos como sujeitos pensantes (Freire, 1996). Professor vai desvelando em aspectos multifacetados o universo da Filosofia e seu contexto em que são estabelecidos os vínculos, com maior ou menor engajamento, em processos dialógicos e dialéticos mobilizando diversas técnicas e suportes de interatividade (Cerletti, 2009). E é essa condição do professor de filosofia que torna possível o agenciamento da própria filosofia no contexto da instituição escolar, com efeitos diversos e imprevisíveis, na relação do aprendiz com a filosofia, mas também dele com a própria escola e o mundo social.

No cenário da atual política educacional espera-se que a prática docente coopere para uma postura consciente dos estudantes para ao menos se desdobrar na vida deles como formação humana, ideia não prevista nos dispositivos legais, mas sim na bibliografia sobre a relevância no currículo da escola. Sob o prisma político, o professor e o estudante devem cumprir um pacto de respeito às pluralidades teóricas e sociais construídas a partir de relações democráticas na sala de aula e fora dos muros da escola (SAVIANI, 2006).

Outro aspecto relevante é que não há delimitação para a prática filosófica. O estudante vai se apropriando aos poucos das categorias necessárias para pensar filosoficamente. Walter Kohan (2009) ressalta que o professor precisa considerar as políticas do pensamento, ou seja, há implicações no ato de ensinar filosofia e ele precisa se posicionar frente essas condições políticas e institucionais, pois a prática filosófica se desdobra em posicionar-se e enfrentar os desafios socioeconômicos do contexto do estudante.



A partir de uma concepção de estratégia de ensino e planejamento o docente é provocador do processo de ensinar-aprender, nesta direção deveria se encaminhar o projeto do PIBID. Este caminho de prática de ensino em filosofia pode ser frutuoso do ponto de vista do aprender e do ensinar Filosofia e, possivelmente, filosofar como disse Immanuel Kant. Tal como reforça Kohan (2009): “ensinar e aprender filosofia estão relacionados, basicamente a uma sensibilidade, para compartilhar um espaço no pensamento, para dar lugar no pensamento a um movimento que interrompe o que se pensava[...]”.

Deste modo poderia ser possível construir um trabalho que aponte um despertar, um desejo de se inteirar e se apropriar de um modo filosófico de pensar e de uma atitude filosófica no fazer-filosófico docente. A prática docente de Filosofia necessita de um conjunto de disposições teóricas para sua atuação a serem verificadas de modo mais aprofundado em pesquisas bibliográficas da área. A partir disso é que se afirma: ensinar e aprender filosofia está no campo da Educação. Mas para se constituir como prática filosófica no Ensino Médio o fazer filosófico está em relação ao conceito de ensino e a identidade mesma da Filosofia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Filosofar e a atitude filosófica, pelo fazer filosófico, são faces do mesmo conhecimento. A trajetória da Filosofia como saber próprio ganha acento a partir da afirmativa kantiana: “Não se ensina a filosofia, mas a filosofar”, que não se trata de um paradoxo, mas de uma relação ativa entre as duas realidades (CERLETTI, 2009). A Filosofia enquanto disposição interior, inclinação do pensamento para reflexão sobre alguma realidade, é uma vasta seara para a relação estudante, professor e escola.

O desafio da imaturidade do estudante interfere no processo pessoal de apreender as próprias condições da filosofia para o processo de conceituar, abstrair, fazer juízos adequados e exercitar-se na lógica do pensar. É neste sentido que se constrói o argumento para a frase de Immanuel Kant, a qual não é um paradoxo em si, mas uma relação de complementariedade e distinção de duas atividades possíveis da Filosofia e do Filosofar no Ensino Médio.

Diante disso é possível considerar que a Filosofia não é uma área do saber humano independente e isolada de outras áreas de conhecimento, mas é, sobretudo, um saber autônomo no sentido de produzir um modo de pensar a partir de conceitos que lhe confere

uma identidade (ARANHA, 2017). Os filósofos são chamados de pensadores e, por isso, são considerados como tal, amigos do saber. Consequentemente, o que se pode inferir é que há um denominador comum: a experiência do pensar, a produção de conceitos coesos e coerentes do ponto de vista da razão do pensamento, é criar conceitos (ASPIS, 2012). Por isso a prática docente não pode prescindir dos processos teóricos já existentes. A Filosofia do Ensino de Filosofia está num ponto de discussão e se situa entre a Didática e a Filosofia como processo filosófico.

## REFERÊNCIAS

ANPED. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi tema de debate entre associações científicas em colóquio promovido pela ANPED; novo documento será entregue ao CNE esta semana pelo MEC.** Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/base-nacional-comum-curricular-bncc-foi-tema-de-debateentre-associacoes-cientificas-em>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

ANPOF. **Para professores de Filosofia, BNCC deve ser revogada.** Disponível em:<<http://anpof.org/portal/index.php/en/artigos-em-destaque/1707-para-professores-defilosofia-bncc-deve-ser-revogada>>. Acesso em:12 ago. 2020.

ANPOF. **Sobre a ANPOF Ensino Médio.** Disponível em: <<http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/2013-11-25-22-46-01/apresentacao>> ANPOF. Acesso em: 12 ago. 2020.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia na sala de aula. In: MAAMARI, Adriana Mattar (org.) **Novas tendências para o ensino de filosofia: o contexto de sala de aula e o âmbito das pesquisas.** v 3. Curitiba: Editora CRV, 2017.

ASPIS, Renata Lima. Ensino de filosofia e resistências e subversões. *Polyphonia: Revista do Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do CPAE/UFG.* v. 23/2, jul./dez.2012.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FREIRE. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ PORTA, M. A. **A filosofia a partir de seus problemas.** São Paulo: Editora Loyola, 2002.

KOHAN, Walter Omar. **Filosofia: o paradoxo de aprender e ensinar.** Belo Horizonte:



LIMA, José Aparecido de Oliveira. A importância do Pibid de filosofia na formação do licenciando. In: **I Congresso de Inovação Pedagógica em Arapiraca.** UFAL – Campus Arapiraca, 2015.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. É tempo de mudanças nos cursos de formação de professores/as de filosofia? **Observatório do Ensino de Filosofia em Sergipe (OBSEFIS).** Disponível em: < <https://obsefis.wordpress.com/2025/09/29/e-tempo-de-mudancas-nos-cursos-de-formacao-de-professores-as-de-filosofia/> > Acesso em: 10 de outubro de 2025.

SANTOS, Fábio Ronaldo Meneghini dos. Ensino de filosofia: Desafios e possibilidades da docência no ensino médio na contemporaneidade. **REFILO – Revista Digital de Ensino de Filosofia**, vol.5 n.2 – jan./jun. 2019, p.111-120. Disponível em:<<http://periodicos.ufsm.br/refilo>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

SAVIANI, Demeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006 (Coleção Polêmicas do nosso tempo: v.5.).